



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Ética, Direitos Humanos e Serviço Social

**Sub-eixo: Ética e Direitos Humanos: fundamentos históricos, práxis dos movimentos e das lutas
sociais na sociedade contemporânea**

A POLARIDADE ENTRE OS INTERESSES DE CLASSE E A UNIVERSIDADE POPULAR

CARLA SILVANA DANIEL SARTOR¹

RESUMO:

Este texto apresenta uma reflexão sobre as implicações da polaridade entre os interesses de classe e a universidade popular, sob o contexto da greve unificada da educação, nas instituições federais de ensino em 2024. A cisão promovida por vetores extra universitários e a lógica mercantil, em contraponto a mobilização coletiva e a disputa de valores é abordada nesse contexto.

Palavras-chave: universidade popular, ética, ser social, trabalho, alienação.

ABSTRACT:

Este texto presenta una reflexión sobre las implicaciones de la polaridad entre intereses de clase y universidad popular, en el contexto del paro educativo unificado, en las instituciones educativas federales en 2024. La escisión promovida por los vectores extrauniversitarios y la lógica mercantil, en contrapunto En este contexto se abordan la movilización colectiva y la disputa por los valores.

Palabras claves: universidad popular, ética, ser social, trabajo, alienación.

Este texto apresenta implicações sobre os interesses de classe e a universidade popular sob o contexto da greve da educação, nas instituições federais de ensino (IFE), totalizando mais de 60 unidades, e que unificou docentes, técnicos (as) e estudantes no período de abril a junho de 2024. Destacamos o descontentamento expressivo com as condições de trabalho, salariais/carreira e a exigência da recomposição orçamentária e a permanência dos estudantes. A greve foi instaurada

¹ Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

pelos técnicos administrativos, categoria com os piores salários e sem um projeto de carreira que os contemple, bem como as situações de assédio constantes, sobretudo em períodos de greve. Mas tiveram o protagonismo de iniciar um processo de mobilização, que em princípio teve dificuldade em obter adesão unificada dos demais segmentos, dos professores e estudantes. Realizamos, portanto, uma breve reflexão sobre a polaridade entre os interesses de classe e a universidade, cindida por vetores extrauniversitários e a lógica mercantil instaurada, além dos aspectos sobre o individualismo/empreendedorismo advindo desse parâmetro, em contraponto a mobilização coletiva/dedicação exclusiva dos docentes e mais amplamente acerca da individualidade (vida individual) e da generidade (vida genérica) orientadas pelas concepções sobre o ser humano e o “ser em-si” e “para-si” abordado por György Lukács (2012) em Para uma Ontologia do Ser Social. E também em alguns de seus textos sobre a literatura e escritos políticos, em que tece considerações sobre a eticidade burguesa que cinde a individualidade e a generidade, com base na teoria da alienação do trabalho de Marx.

Abordamos a disputa de valores nesse contexto do movimento paredista e suas interrelações, como uma parte das reflexões de um projeto de pesquisa em andamento. A greve realizada em 2024 situa-se num cenário em que a mobilização, na área da educação, assinala a contraofensiva da classe trabalhadora, bem como o enfrentamento ao neofascismo, ao neoliberalismo e a conciliação de classes. Todavia, também estão presentes posições conservadoras da ordem societária, afirmações acerca do parâmetro neoliberal econômico e a postura conciliatória das classes sociais. A seguir apresentamos uma breve análise de conjuntura, bem como elementos para pensar a polaridade entre os interesses de classe, a individualidade e generidade no movimento da greve, foco desta reflexão. É notório que vitória de Lula nas eleições presidenciais de 2022 foi uma derrota eleitoral da extrema-direita bem como proporcionou uma conjuntura em que a luta de classes, via forças democráticas, progressistas e de esquerda ocorresse num terreno menos autoritário e repressivo, tendo em vista a escalada neofascista institucionalizada no período anterior, do governo Bolsonaro. Porém, Isso não garantiu que a extrema-direita tenha se fragilizado totalmente e continua sendo uma ameaça real para a sociedade, e o neofascismo permanece no cenário político brasileiro, sobretudo devido ao número expressivo de representantes no congresso e que ainda tem apoio em amplos setores da burguesia, do agronegócio, dos setores médios, das Forças Armadas, além de liderar vários governos estaduais e municipais. E destacamos também, ainda que uma parte da burguesia não tenha uma



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

participação direta no bloco de forças “bolsonaristas” dos grileiros, do agronegócio e do setor das pentecostais, considera que o governo Lula reedite e implemente a política neoliberal e seja favorável ao capital nesse momento de crise, o que é correspondido, e o faz disputar os votos das camadas populares com a extrema direita, mas também disputa o apoio de setores da burguesia. A frente ampla que elegeu o governo Lula manteve uma série de compromissos com as classes dominantes e somente a aliança e a ação organizada da classe trabalhadora poderiam mudar a correlação de forças, o que é improvável diante das medidas até agora consolidadas pelo governo. Além disso, a perpetuação da autocracia burguesa (Mazzeo, 2015) no Brasil foi a principal responsável pelo ciclo nocivo do neoliberalismo e que tem seus negócios em pleno vapor sem perspectiva de renunciar, a menos que seja forçada, por meio da pressão massiva da classe trabalhadora. É fato que qualquer governo que opte por conciliar os interesses dos trabalhadores com os da burguesia estará condenado ao fracasso, além de fortalecer as forças de extrema-direita e reeditar as consequências que já foram constatadas.

As tentativas de conciliações com o campo do capital/mercado aos setores da burguesia brasileira, pressionadas por um lado, por um Congresso reacionário e por outro, pelo Capital especulativo redundam na defesa e efetivação de medidas ainda mais restritivas em investimentos sociais, à luz do arcabouço fiscal, que afirma um teto dos gastos ao impor ao Executivo um conjunto de restrições maiores do que os prognósticos do mercado, tais como restrições aos investimentos e austeridade fiscal, confirmando a condição de subserviência e de capitulação institucional do governo Lula. O governo segue aplicando uma política que adia a promessa de que colocaria os ricos no imposto de renda e os pobres no orçamento, uma vez que não há medida para tributar amplamente os lucros e dividendos, o patrimônio, as grandes fortunas e o mercado financeiro, como em seu discurso contra o neoliberalismo na ONU e de apoio aos trabalhadores, pois está cada vez mais em contradição com a política que vem operando ao longo do primeiro ano de mandato, com as medidas de compensação social, típicas da política neoliberal.

Tal conjuntura, bastante complexa, exige a organização da classe trabalhadora para disputar o atual ciclo de lutas com as forças conservadoras, com a extrema-direita e as organizações ligadas à conciliação de classes, sobretudo via a construção de um movimento popular na perspectiva da mudança da correlação de forças, com a reestruturação da economia e a revogação do ideário neoliberal imposto pelo Consenso de Washington. Diante desse contexto atual e com relação especificamente a greve da educação federal em 2024, de professores, técnicos administrativos



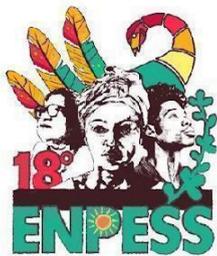
Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

(as) e estudantes em várias universidades, instituições federais e CEFETs, é exigido um parâmetro de independência de classe dos sindicatos e movimentos sociais na luta cotidiana em nosso país. Outras demandas se colocam como a jornada de trabalho de 30 horas semanais sem redução dos salários, a legalização do aborto, a descriminalização de todas as drogas, o fim da polícia militar e do encarceramento em massa, a revogação de todas as contrarreformas, o fim da Lei de Responsabilidade Fiscal, o restabelecimento do monopólio da Petrobras e a luta por uma lei de responsabilidade social que corresponda às demandas dos trabalhadores, por um imposto sobre lucros, dividendos e grandes fortunas, quebra do monopólio das comunicações, SUS 100% Estatal, reforma agrária popular e uma política de aumento real dos salários, especialmente do salário mínimo até o patamar do salário calculado pelo Dieese. Portanto, as lutas dos(as) trabalhadores(as) no setor da educação são importantes em nível educação estadual e federal.

No âmbito estadual a greve foi deflagrada em cinco sistemas estaduais, na Universidade Estadual do Piauí, na Universidade Estadual de Goiás, nas universidades estaduais do Ceará (UECE, URCA, UEVA), na Universidade do Estado do Pará e na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). Na Universidade Estadual de Minas Gerais, a greve durou 64 dias, e o movimento paredista enfrentou a intransigência e a criminalização do governo Romeu Zema do Partido Novo, baseado numa linha política ultraneoliberal e autoritária no campo do bolsonarismo. Foi conquistado 4,72% de reajuste, ampliação da ajuda de custo, ampliação orçamentária e um grupo para melhoria no acesso a dedicação exclusiva e ampliação da carga horária de 20 para 40 horas, além da realização de concurso público. Na Universidade do Estado do Pará, a greve durou aproximadamente 1 mês e 22 dias e os docentes enfrentaram o governador Helder Barbalho do MDB, frente as perdas salariais chegam a 21,8%. Foram obtidas conquistas parciais com a reabertura da mesa de negociação e seguem com atividades ainda de negociação e com uma sessão especial na assembleia legislativa que vai pautar a construção da carreira dos professores e professoras. Nas universidades estaduais do Ceará, a greve começou em abril e se encerrou em junho, e obteve a conquista de uma mesa específica para debater a recomposição salarial e destravou a lei que impedia promoções, progressões e o pagamento de retroativos. Houve a criação de novos cargos para as três universidades e uma mesa específica para debater as questões relacionadas a assistência estudantil e a convocação do cadastro de reserva e a convocação de um grupo de trabalho para tratar desse tema. Na Universidade estadual de Goiás, a greve também foi criminalizada, continuou e obteve a garantia do acesso dedicação exclusiva, desbloqueio das promoções e um novo plano de carreira. Na Universidade Estadual do Piauí, a



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

greve durou 64 dias, foi criminalizada pelo governo e obtiveram 5,35% de reajuste, pagamento de 45 dias de férias, equiparação do salário de auxiliar I 40 horas ao piso da educação básica, auxílio para compra de equipamentos tecnológicos e ampliação auxílios e bolsas para estudantes da graduação e da pós-graduação. Importante ressaltar que as 22 unidades, 19 paralisaram e enfrentaram cenários autoritários e criminalizantes, constituindo assim a maior greve da sua história (Andes-sn, 2024).

O serviço público federal iniciou as mobilizações no ano de 2024 pela pauta de reivindicações de reposição das perdas salariais, reestruturação das carreiras, recomposição orçamentária para a educação, saúde e o conjunto dos serviços públicos. Em 2023, foi conquistada a instalação da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP), em que se apresentou o cenário das perdas salariais ao longo dos governos Temer e Bolsonaro, que se situam na casa dos 35%, na média, para o conjunto dos servidores, resultando num reajuste emergencial de apenas 9%. No ano de 2024, a MNNP não avançou com propostas concretas para resolver as perdas salariais acumuladas, permanecendo o reajuste salarial de 0%, e mais dois reajustes de 4.5% para os próximos anos de 2025 e 2026. O governo propôs apenas ajustes nos benefícios que afetam fundamentalmente os trabalhadores da ativa, prejudicando os aposentados a saber: o auxílio alimentação, de R\$ 658 para R\$ 1 mil; aumento do auxílio-creche em 51%; e o mesmo reajuste de 51% para o auxílio-saúde. A contraproposta que contempla situações diferenciadas de um reajuste de 34,32% em três parcelas de 10,34% entre 2024 e 2026 para algumas categorias e de um reajuste de 22,71% dividido em três parcelas de 7,06% no mesmo período para outros setores não foi aceita, além de outras questões relacionadas com a carga horária em sala de aula, precarização através da contratação de substitutos horistas.

As conquistas foram importantes, embora insuficientes e limitadas, no âmbito salarial, de carreira e condições de trabalho para os trabalhadores da educação. O conjunto da pauta relativa à revogação de legislação e normas que preocupam os trabalhadores, por outro lado, não foram suficientemente atendidas pelo governo, além da desconsideração parcial da pauta orçamentária. Destacamos a situação de maior importância, a PEC 32, da “reforma administrativa”, que está no congresso e é utilizada como ameaça pelos setores políticos mais retrógrados como aqueles que pautaram planos misóginos repudiáveis como o projeto de lei (PL 1904/2024) que equipara o aborto após 22 semanas de gestação ao homicídio simples, incluindo em situações que é permitido pela lei brasileira, como em caso de estupro. Ou seja, a mulher que aborta pode ser presa por até 20 anos, além de prever a prisão de médicos que realizem o denominado aborto



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

ilegal, incluindo em caso de violência sexual. Todavia, intensas mobilizações nas ruas ocorreram e enfrentaram esta grande ofensiva.

Cabe ressaltar que o movimento paredista alcançou mais de 60 universidades, institutos federais e CEFETs, constituindo uma unidade de ação com os sindicatos classistas representativos da educação federal e com os estudantes, negociou e atuou com flexibilidade tática, participou de construção de propostas e contrapropostas, mobilizações nacionais, estaduais e locais, criou fóruns para articular ações de unidade e solidariedade, divulgou internacionalmente sua luta e recebeu solidariedade, além de pressionar pela continuidade das negociações para além da data que o governo definiu como fim das negociações. O diálogo intenso no congresso com deputadas e deputados, promoveu a participação em audiências públicas, reverteu ultimatos, atropelou o acordo ilegítimo assinado pela Federação Proifes, que previa a divisão da categoria, sem obtê-la, mas fez que com que o governo se movimentasse até o presidente marcar reunião com os reitores para fazer uma proposta, considerada ainda muito aquém, como o Programa de aceleração de crescimento (PAC) para a educação federal. E por fim, o governo foi obrigado a fazer mais uma proposta que acabou por ser aceita pelo ANDES/SN, sem que fosse a mais adequada, mas que possibilitou construir a saída unificada da greve e com vistas a conservação de forças e continuidade da luta em melhores condições nos próximos períodos que a luta de classes impõe, sobretudo para a consolidação de um debate sobre a educação que atenda aos interesses da classe trabalhadora e pense os rumos da sociedade, seus impasses e possa avançar na elaboração programática de enfrentamento do projeto do Capital para a educação, através da construção de um projeto da Universidade e da Escola Pública e Popular.

A greve na área da educação federal, e no setor da saúde interrompeu a passividade de importantes segmentos da classe trabalhadora instituída neste último período e questionou a pauta neoliberal e a subordinação às demandas do mercado financeiro. A greve, portanto, foi predominantemente ofensiva e não somente defensiva, pois o que a diferencia, ainda que a remuneração e a carreira tenham sido fundamentais na deflagração, foram as condições de trabalho, condicionadas pela falta de recomposição orçamentária, que fortaleceram a continuidade e o seu crescimento. Podemos afirmar também que essa luta contribuiu para colocar na agenda política nacional, a crítica ao Novo Arcabouço Fiscal, central na política neoliberal da classe burguesa e encampada pelo governo.

Após essa breve caracterização, apresentamos a seguir, alguns apontamentos sobre a polaridade entre os interesses de classe e a universidade, cindida pela lógica mercantil, por vetores



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

extrauniversitários, a exemplo da abrangente inserção das emendas parlamentares nas universidades. Esse tipo de financiamento favorece alianças e ações sem o controle social, sem transparência, obscuras e que envolvem pequenos grupos e partidos que agem sem acompanhamento efetivo, viabilizam barganhas que criam um equilíbrio momentâneo, que gera condições de governabilidade, mas que são efêmeras e sujeitas a reorganização, tão logo as condições das alianças alterem a correlação de forças interna aos partidos. O que se soma ao que já vinha sendo aprofundado ao longo dos anos, à lógica produtivista, que invariavelmente obtém financiamento em fundações privadas e ou venda de serviços. Isso cria um dilema ético e coloca em xeque o caráter público e de direito, uma vez que não há neutralidade, mas o favorecimento de poucos privilegiados, isolados em uma espécie de feudos, promovendo condições de trabalho totalmente desiguais. Consolida assim, a submissão à racionalidade capitalista e a lógica de uma instituição tecnocrática, via a captura da produção para nichos do mercado, em que o seu fundamento remete ao fetichismo da mercadoria, que está ligado ao processo de reificação. A combinação da crise política com a crise econômica desencadeia também o fato de que qualquer barganha pela governabilidade supõe que diversos segmentos que compõem a classe dominante sejam atendidos em suas demandas, todavia, a crise aumenta a necessidade desses segmentos, sobretudo do capital monopolista, agenciando um choque de interesses, pois nem todos poderão ser supridos, o que intensifica as lutas internas, as cobranças de ajustes, de cortes e o não atendimento das demandas da classe trabalhadora.

Outro fator que isola e fragmenta a unidade das mobilizações e da greve é o caráter elitista da universidade pública, sobretudo no cotidiano, em que se enfrentam posições e ações egocêntricas, corporativas, desresponsabilizadas diante da realidade social, dissonantes ao ambiente pedagógico crítico, reproduzindo os valores predominantes e atinentes a uma sociedade que opõe o individual ao coletivo, desprovidos da função crítica e social. Historicamente, sublinhamos o caráter autoritário e catedrático, que foi questionado com a Reforma de Córdoba, um marco de 1918, que instaura um processo de crítica ao modelo universitário tradicional existente na América Latina, e caracteriza-se pelas propostas de administração compartilhada entre professores, estudantes e egressos, a autonomia universitária, eleição dos dirigentes pela comunidade acadêmica, concurso para a provisão de cargos docentes, docência livre, assistência livre, gratuidade do ensino, renovação do métodos de ensino e aprendizagem, assistência social para a permanência dos estudantes e democratização do acesso, extensão universitária, integração e unidade latino-americana (Oliveira e Azevedo, 2015).

O produtivismo e a aceleração que caracterizam o capitalismo, que em termos marxistas clássicos, configuram o triunfo do valor de troca sobre o valor de uso, determinam também o papel da ciência como uma espécie de indústria e ou empresa. Por meio de procedimentos pretensamente eficazes, desconsideram-se que a perspectiva processual, e a suposta perda de tempo, sejam imprescindíveis para a criação, e a inventividade em todos os campos. Tais características se devem ao quadro do processo de Bolonha, desencadeado em 1999, que inaugura uma nova tradição no contexto neoliberal, com o surgimento de uma universidade nova, que abriu espaço para a implementação de programa de expansão das universidades federais, mas que se caracteriza pela precarização, mercantilização e empresariamento das instituições de ensino superior no Brasil.

Em contraponto, temos a mobilização coletiva de resistência, que assinala a disputa do fundo público e de valores no contexto da greve de 2024, na área da educação. Situamos, de acordo com Netto (2011) o arcabouço teórico marxiano e a concepção do homem como ser prático e social em que emerge o caráter basilar do trabalho como forma modelar de práxis, como único modo de criação. Nessa perspectiva estão ancoradas todas as demais categorias nucleares que Marx opera entre os quais se destacam a de totalidade, negatividade, a mediação e, sobretudo, o conhecimento teórico, que é necessariamente político. A concepção de história portanto, remete a um processo objetivo, uma processualidade que traz em si mesma uma especificidade independente das representações que dela façam os sujeitos. Em segundo lugar demarcamos que se trata de um processo contraditório, marcado pela tensão entre os interesses sociais que circunscrevem os diferentes sujeitos. Como terceiro lugar neste processo concorrem sujeitos coletivos, reais, e que não se plasmam como personalidades singulares, individualistas, mas como grupos sociais vinculados por interesses comuns. Em quarto lugar os projetos são conduzidos por sujeitos determinados, que não se constituem aleatoriamente, mas segundo imperativos e possibilidades que se colocam concretamente nos espaços e tempos precisos e determinados socialmente.

Portanto, atuam com diferentes graus de consciência, ou seja, sujeitos que não atuam organicamente, mas direcionados pelo maior ou menor grau de conhecimento que têm dos limites e possibilidades de suas ações, caracterizam este como o quinto lugar. Em sexto, as teleologias diversas, que são um processo marcado pela ação dos sujeitos que têm finalidades, têm direções, intenções, como um processo tencionado por sujeitos com suas próprias teleologias. Todavia, o processo em si mesmo carece de intencionalidade, pois vale destacar que a história por si só não



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

tem uma finalidade imanente. Os projetos que mobilizam os sujeitos estão situados num espaço de tensão entre necessidade posta pelas determinações sociais concretas e a liberdade posta no horizonte de fins em que afirmam a história como um campo aberto de possibilidades. Ou seja, não são forças ocultas, mas aquelas derivadas do trabalho que detém a perspectiva e a potência de transformação, pois as condições objetivas estão colocadas e fazem com que as subjetivas se tornem reificadas, desfavorecendo a tomada de consciência acerca do que nos orienta. Reconhecer a importância e as implicações do trabalho na sociedade, implica reconhecer a sua força e a potência criadora que, no entanto, se perde no âmbito do processo da divisão social do trabalho capitalista, que absorve e desumaniza o trabalhador. O processo de alienação cria uma lógica e uma ilusão provocada pela expropriação do trabalho e em consequência o processo de despolitização, que mantém os indivíduos isolados e desconectados de projetos coletivos que questionem ou tensionem transformações e a superação da ordem societária em que se encontram. A atividade humana é cindida em duas esferas aparentemente autônomas e invariavelmente contraditórias, a esfera da vida pública e a esfera da vida privada derivada do processo de alienação, que mantém a ilusão do apoliticismo, segundo a qual a atividade do indivíduo na esfera da sua vida particular permitiria um abandono das suas responsabilidades sociais.

Tal processo é cotidiano e enfatizamos como se manifesta acentuadamente em momentos de uma greve, por exemplo, a saber na recente mobilização que pautamos até aqui, com destaque para aqueles que a negam, e mantem-se em posição individualista e isolada, desrespeitando o caráter coletivo e a função social da educação pública como direito e política social. Nesta perspectiva, abordamos Lukács (2012) que empreende uma leitura de Marx, e evidencia a vitalidade da sua teoria social e dos seus fundamentos para compreensão da produção e reprodução da vida social. Ao retomar a teoria marxiana, Lukács aprofunda-se sobre as contradições da prática humana no contexto capitalista, destacando as relações sociais sob a lógica da propriedade privada dos meios de produção e, por conseguinte do trabalho alienado. Ao revigorar o pensamento de Marx, concentra-se em uma perspectiva configurada como uma ontologia do ser social. As categorias ontológicas, portanto, existem independentemente do que se pensa ou se define conceitualmente sobre elas, que se impõem intercedidas por fios invisíveis de relações capitalistas concretas e que operam na realidade. O paradigma conservador da ideologia hegemônica vigente, por sua vez, furta os trabalhadores do seu caráter classista, fragmentando-os segundo as suas individualidades identitárias, suas privações, distanciando-os



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

da totalidade que compõe e condiciona suas demandas e lutas, advindas do caráter material, histórico e ontológico. A conscientização das implicações da questão social e ampliação das lutas pelos direitos e pela emancipação política e humana, assim como a articulação de medidas junto a outros profissionais, pode abranger um maior conjunto de questões a serem problematizadas, evitar a fragmentação e favorecer a perspectiva da totalidade social.

A análise da categoria de alienação em Marx, implica que embora a divisão de classes se mantenha na sociedade e o capitalismo continue sendo o modo de produção hegemônico, as relações de trabalho se alteram significativamente desde os primeiros escritos do autor. O trabalho se transforma e modifica as formas segundo as quais a alienação se faz presente na realidade, o que faz continuar pertinente para a análise de muitas situações concretas e atuais. Lukács desenvolve sua concepção de que vida genérica e vida individual não são antinomias, apoiado ontologicamente em Marx: o indivíduo é o ser social justamente por isto. E na esteira dessas reflexões em seus Manuscritos, Lukács coloca no centro de suas análises a ruptura que o modo de produção capitalista promove entre ser social e ser individual tendo a democracia burguesa como forma política funcional a esta cisão. É neste viés que Lukács (2011) reconhece a importância da categoria de alienação em Marx: “Não é casual que o fenômeno da alienação, ao mesmo tempo econômico, social e humano-individual tenha hoje se tornado um problema sócio humano universal” (Lukács, 2011, p. 100).

A abordagem e a relevância que a alienação tem para Lukács (2011), pelo conteúdo dos Manuscritos econômicos e filosóficos, em que Marx afirma que no tipo de atividade vital reside todo o caráter de uma espécie, bem como a atividade livre e consciente, constitui o caráter genérico do homem. Todavia, o trabalho aliena o homem em sua própria atividade vital e do gênero, tornando-lhe a vida genérica meio de vida individual, alienando-as. Em seguida “torna a última na sua abstração finalidade da primeira, igualmente na sua forma abstrata alienada” (Marx, 2015, p. 311). O objeto do trabalho é, portanto, “a objetivação da vida genérica do homem, na medida em que ele se duplica não só intelectualmente, como na consciência, mas também operativamente, e contempla-se por isso num mundo criado por ele. Por isso, na medida em que arranca ao homem o objeto da sua produção, o trabalho alienado arranca-lhe a sua vida genérica, a sua real objetividade genérica (Marx, 2015, p. 313).

Marx coloca a questão do gênero humano sob a mediação de duas categorias: trabalho e alienação em que o ser humano confirma sua genericidade e socialidade e o ato de produzir sua própria existência em metabolismo com a natureza. E na medida em que este ato, o trabalho, é



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

alienado do indivíduo, este acaba por ver alienada também sua vida genérica, portanto, o trabalho alienado edifica um ser alienado de sua genericidade. O gênero humano sob a mediação dessas duas categorias, trabalho e alienação, é colocado em questão. O ser humano confirma sua genericidade e socialidade no ato de produzir sua própria existência em metabolismo com a natureza. Mas na medida em que este ato, o do trabalho, é alienado do indivíduo, este acaba por ver alienada também sua vida genérica. Estas análises se inscrevem no pensamento ético de Lukács, a saber: "(...) sendo a essência humana a verdadeira comunidade dos homens, estes produzem afirmando a sua essência, a comunidade humana, o ser social – que não é uma potência geral, abstrata diante do indivíduo isolado, mas o ser de cada indivíduo" (Lukács, 2011, 64).

Quando Lukács aborda na obra *Para uma Ontologia do Ser Social*, o "ser em-si" e "para-si" do gênero ou quando em seus textos de caráter político tece considerações sobre a eticidade burguesa, que cinde individualidade e genericidade, o faz tendo como suporte analítico a teoria da alienação do trabalho presente em Marx. Podemos dizer que um dos pilares da sociedade capitalista é justamente a alienação do trabalhador de seu ser genérico efetivado em sua atividade laboral, ou seja, a alienação de si mesmo enquanto ente genérico (Justo, 2020, p. 229). É neste viés que Lukács tece suas análises tanto sobre a reprodução da vida individual e da vida genérica nessa obra, quanto sobre a democracia. A categoria "para-si" é utilizada por Lukács (2011) com o mesmo significado que Marx atribui em sua obra *A miséria da filosofia*, e que expressa um processo de consciência de classe em que os trabalhadores se afirmam independentes, enquanto polo antagônico ao capital.

Ao entrar em contato com a realidade intensiva e as tipicidades humanas da grande arte, o autor afirma a possibilidade de se tomar consciência macrocós mica da humanidade, promovendo a convergência entre singularidade e universalidade por meio do particular. Um dos critérios para a produção estética tem como centralidade apresentar a autoconsciência da humanidade enquanto ser genérico. O indivíduo passa a perceber que a particularidade estética simboliza a socialidade de sua personalidade singular enquanto ente genérico (Justo, 2020). Para Marx e Engels, uma sociedade em que o livre desenvolvimento de cada um seja condição para o livre desenvolvimento de todos, presente no Manifesto Comunista, é justamente o sentido que o pensamento ético de Lukács enfatiza e constitui o caminho trilhado pelo autor para pensar a Ética. Algo bastante oposto ao que é colocado com primazia pelo liberalismo, em que a liberdade de um termina onde inicia a do outro. A questão da individualidade e genericidade foi algo presente em todas as reflexões de



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Lukács, seja na juventude, seja na maturidade, baseada, sobretudo nos Manuscritos econômico-filosóficos de Marx, que a saber sempre concebeu o gênero humano enquanto uma categoria histórica, viva e não abstrata. Isto implica que a unidade entre o indivíduo e a sociedade ocorre na reprodução da vida singular exatamente no momento da reprodução histórica da vida genérica, colocando em movimento a categoria da autoconsciência do gênero humano e sua evolução, uma vez que, toda ação tem uma intenção dirigida, que é colocada à prova, e, portanto, ao caráter ético.

A polaridade entre o individual particular e a generalidade específica é um dos problemas fundamentais da Ética. Isso porque a ação ética remete a universalidade do gênero e simultaneamente é na personalidade singular dos indivíduos que ela tem sua força motriz primária. Ao passo que a ação ética supera a individualidade singular rumo a singularidade do gênero humano, mas também intensifica a essência deste singular. Justo (2020) aborda que é na Estética que se encontra a peculiaridade dessa polaridade dialética entre o singular e o universal humano, e que, portanto, a particularidade estética expressa a concreticidade do ser enquanto ser social, e caracteriza o que há de mais caro ao pensamento de Lukács, que é a unidade entre indivíduo e gênero (Justo, 2020).

Individualidade e genericidade, singularidade e universalidade estão em permanente processo dialético, afirmando que a ação eticamente dirigida está sempre relacionada com a evolução do gênero humano. A cisão do gênero humano promovida pelo antagonismo das classes configura-se como um movimento real que opera implicações sociais nocivas e a sua superação, de acordo com Lukács (2011), está inteiramente relacionada com a dissolução das classes sociais. Estas breves considerações remetem a disputa entre concepções antagônicas de educação e prevalece como campo de luta para defender o caráter público, laico, socialmente referenciado nos direitos da classe trabalhadora e suas especificidades, principalmente em oposição à perspectiva privatista via parcerias público-privadas, a ampla utilização das emendas parlamentares e o financiamento público das universidades privadas. Enfatizamos também os elementos destacados no texto para afirmar que a mobilização da greve foi amplamente crítica às atuais condições de trabalho, de salário, carreira, e apresentou a urgente demanda da recomposição orçamentária, que também contempla a permanência dos estudantes e faz contraponto à lógica mercantil. Além disso, a reflexão relacionada àqueles que são politicamente contra a greve, que não participam dos debates, não se disponibilizam ao diálogo e tornam-se refratários às mobilizações e às ações coletivas organizadas, repetem o que já enunciaram em



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

greves anteriores, a possível existência de novas formas de luta, mas que não as explicitam, nem as promovem concretamente e amplamente. Não se aliam a construção da mobilização, além de se colocarem numa atitude em que alegam o direito individual de não adesão ao movimento grevista, desrespeitando a decisão coletiva da paralisação e das demandas legítimas, impondo autoritariamente aos demais, que aderiram ao movimento, a continuidade do trabalho e das aulas. A incitação às votações virtuais, sem debate nem diálogo para promover o encerramento da greve, também é algo do teor sectário e desmobilizador. Fatores que se tornam preocupantes e são graves porque induzem a submissão a uma espécie de tentação ao comportamento antiético, sobretudo, porque prevalece a lógica do mercado, inquestionável, em que o brado e a cobrança é que se leve vantagem individual em tudo.

Outra situação que merece destaque, tamanha despolitização constatada nesse processo, é a resposta da comissão de ética de uma universidade, que foi consultada pelo comitê de ética do comando local de greve docente, acerca de uma violação sobre alguns docentes estarem ministrando aulas na modalidade remota, desrespeitando uma instrução normativa interna que impedia esse recurso após o período da pandemia COVID 19, e desde 2022, passou a estabelecer aulas totalmente presenciais. Em vez de responder acerca da violação denunciada, a ignoraram e afirmaram que na denominação do comitê de ética da greve não poderia constar a palavra "ética", devido a existência de um órgão oficial na universidade com docentes nomeados para tal. O comitê de ética do comando local de greve afirmou sua atuação demonstrando que a sua construção histórica e a necessidade de tal ação se devia e era legítima, desde a década de 1980 e mais especificamente em 1983, data em que os comitês de ética se tornaram prática comum entre os sindicatos de trabalhadores, via a sua criação pela Central Única dos Trabalhadores (CUT).

E nos anos 1990, o movimento docente nas universidades federais se fortaleceu, especialmente a partir da criação do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN), em 1981. As diversas universidades federais durante as greves adotaram a expressão "Comitê de Ética da Greve" para assegurar a condução ética das ações e decisões durante os períodos de paralisação e greve. A greve dos servidores públicos federais de 2003, por exemplo, incluiu docentes e técnico-administrativos, viabilizou os comitês de ética da greve para mediar conflitos internos e externos, garantir a adesão aos princípios éticos e proteger os grevistas de retaliações. A greve nacional dos docentes das IFES em 2012, coordenada pelo ANDES-SN, contou com a formalização de diversos comitês de ética da greve para manter a



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

organização e o respeito entre os grevistas. E em 2015, uma nova greve nacional dos docentes reforçou a importância desses comitês, que atuaram, e continuam atuando como na greve de 2024, para assegurar que as ações de greve fossem justas e éticas, além de mediar conflitos internos e externos. Portanto, foi demonstrado que a expressão "Comitê de Ética da Greve" tem uma longa história de utilização entre movimentos grevistas de docentes e técnico-administrativos, evoluindo para estabilizar-se como uma prática padrão que garante a condução ética das greves. A manutenção do termo "Ética" em sua nomenclatura foi defendida por refletir a importância de seus objetivos e funções específicas, diferenciadas de modo inequívoco das comissões formais de ética instituídas nos órgãos públicos, dentre eles, as universidades federais.

Tais situações nos exige reflexões e ações voltadas para a superação do paradigma elitista das universidades, com vistas ao estabelecimento do viés e parâmetro de uma educação popular. Cabe reiterar que o vigor da greve foi uma resposta contundente, mas que exige a continuidade da mobilização cotidiana, sobretudo porque agregou parte daqueles que ainda estavam reticentes e que foram solidários à legitimidade da pauta reivindicatória, e principalmente, pela importância do debate que se instaura acerca da educação pública e da universidade pública que defendemos, vinculadas e referenciadas nos interesses da classe trabalhadora. O debate aludido sobre os contrários à greve e conexo ao processo de alienação, individualismo e indiferença, em contraponto ao breve debate apresentado sobre individualidade e genericidade, o ser humano genérico, o ser social, traz perspectivas bastante férteis para aprofundar questões relativas as reflexões sobre a universidade que construímos cotidianamente e a dedicação fecunda ao debate, ao florescimento do espírito crítico, à autocrítica, à comunidade como um lugar de confrontação e de aprendizado mútuo. O debate sobre os valores é fundamental porque constituem a base de uma consciência de classe, portanto, a sua disputa consiste em evitar que os trabalhadores sejam tragados e embarquem em alternativas conservadoras e que fragmentam a unidade do ser social, o que implica também o debate sobre a indissociabilidade do tripé ensino, pesquisa e extensão.

Aliado ao processo de desvelamento dinâmica da realidade e de sua complexidade é necessária a construção de um projeto de superação de um parâmetro de sociabilidade, que isola e coloca a classe trabalhadora, contraditoriamente, em posição de defesa dos interesses de seus algozes, a classe burguesa, da sua perpetuação e dominação. Há no horizonte da mobilização coletiva e organizada a possibilidade de uma educação pública popular que vislumbre caminhos de construção coletiva, radicalmente democrática e processual, de uma outra ordem que contemple os interesses da classe trabalhadora, bem como a possibilidade de sobrevivência da espécie



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

humana e da própria biodiversidade do mundo. Afirmar uma universidade com caráter popular, portanto, requer o debate acerca das perspectivas ético políticas que embasam os projetos de extensão, de ensino e de pesquisa, com a devida transparência do posicionamento político, dos objetivos, dos impactos e do projeto de sociedade envolvidos, colocando em xeque posições supostamente neutras e imediatistas, que mantém uma ordem conservadora e excludente, que incide, interfere e é nociva ao processo de construção cotidiano e conjunto de caráter emancipador.

É importante ressaltar que o objetivo deste breve texto foi o de apreender o movimento de constituição da recente realidade de uma greve e suas contradições, cujo aprofundamento requer constante reflexão coletiva. A análise sobre a complexidade dos fenômenos e dos desafios da organização de uma resistência à ofensiva neoliberal, sobretudo, devido a questão social em sua variada e complexa manifestação, nos desafia e nos demanda a afirmação do ponto de vista de um compromisso ético e político, e de aprofundamento radical da crítica das formas políticas e institucionais de controle dos resistentes, que garante a atual manutenção da ordem do processo de acumulação do capital e sua dominação. Finalizamos, portanto, com a afirmação da necessidade de uma concepção de uma educação universalista e crítica, necessária para reconhecer os meandros da sociabilidade capitalista, para a superação da lógica de produção e reprodução, que oculta as verdadeiras determinações mercantilistas, realidade banalizada e naturalizada, que afeta a vida como um todo. E, principalmente, em oposição ao viés tecnicista e à distância da educação, em favor de uma gestão democrática e transparente, da autonomia universitária e, sobretudo, da função social da universidade pública e popular, comprometida com os interesses da classe trabalhadora, suas especificidades, com os valores do mais alto humanismo na tomada de posicionamento perante a realidade complexa, dinâmica, cuja centralidade é o trabalho, indissociável da questão social. Requer, portanto, o desvelamento da realidade e a afirmação das relações entre o singular e o geral mediado pelas particularidades. Estas mediações múltiplas, complexas e ontológicas demonstram o quanto são necessárias aproximações sucessivas e constantes para a apreensão da riqueza e da dinâmica processual e histórica da realidade. A perspectiva da totalidade social, que abrange a relação essencialmente contraditória do movimento de produção e reprodução social capitalista, via o método crítico, histórico-dialético, torna-se fundamental, portanto, na disputa de um projeto de sociedade que possa ser construído de forma cotidiana e coletiva para a emancipação humana. Tais



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

considerações são importantes para as diferentes dimensões do exercício profissional e o ser social, quanto para a formação em Serviço Social.

Referências bibliográficas

ANDES/SN. **Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior**. Vídeo, 09/07/2024. <https://www.youtube.com/watch?v=ZqTpzEW61UU>. Acesso em 09/07/2024.

JUSTO, Sandro de Mello. **György Lukács e a unidade de seu pensamento ético**. 2020. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Serviço Social. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2020.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do Ser Social I**. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. O processo de democratização. *In*: **Socialismo e democratização: escritos políticos 1956-1971**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

MARX, Karl. **Cadernos de Paris & Manuscritos económicos e filosóficos de 1844**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MAZZEO, Antonio Carlos. **Estado e Burguesia no Brasil: Origens da Autocracia Burguesa**. São Paulo: Boitempo, 2015.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA, Dalila.; AZEVEDO, Mario Luiz. A atualidade dos ensinamentos da reforma de Córdoba (1918), Ou qual a herança de Córdoba nas reformas atuais? *In* encarte **CLACSO, Cadernos da América Latina VIII**, 2015.